



SOBRE O ENSINO DA PSICANÁLISE NAS UNIVERSIDADES: REFLEXÕES ACERCA DOS LIMITES E DAS POSSIBILIDADES

Eloisa Aparecida de Castro¹
Samara Cristiane de Araújo Faria²

RESUMO

O presente artigo visa a examinar as possibilidades e os limites do ensino/transmissão da Psicanálise nas universidades, tencionando os debates contemporâneos em torno da criação de um curso de graduação em Psicanálise e as recorrentes tentativas de regulamentá-la. Considerando as contribuições de Freud e Lacan e de comentadores do tema, como Roudinesco, Miller, Calligaris, Quinet, Mezan e Jorge, buscou-se analisar questões pertinentes ao debate empreendido. O primeiro ponto de relevância abordado toca questões relativas à ética e à técnica que orientam a Psicanálise. O segundo tópico pretende identificar o que está em jogo no tocante à formação de um psicanalista. O terceiro argumento delimita o que particulariza o ensino/transmissão da Psicanálise, estabelecendo uma incursão, especialmente, pelos discursos do mestre, do universitário e do analista, e delimitando posições antagônicas no laço social. Por fim, visando ao objetivo de enodar as questões anteriores, ponderou-se a respeito de quais poderiam ser as relações cabíveis entre a Psicanálise e a universidade.

Palavras-chave: Ensino, transmissão, Psicanálise.

¹Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Pós-graduada em Psicologia Jurídica. Atua como docente no Centro Universitário Presidente Antônio Carlos de Barbacena. Exerce a Psicologia Clínica, orientada pela Psicanálise. Endereço eletrônico: eloisacastro@unipac.br.

²Psicóloga, pós-graduada em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial. Membro da equipe técnica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Psicóloga no Sistema Único de Saúde (SUS) de Capela Nova - MG.

ON THE TEACHING OF PSYCHOANALYSIS IN UNIVERSITIES: REFLECTIONS ON THE LIMITS AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

The present article aims to examine the possibilities and limits the teaching/transmission of Psychoanalysis in universities, intending to contemporary debates around the creation of a graduation in Psychoanalysis, and the recurrent attempts to regulatory. Considering the contributions of Freud and Lacan and commentators on the subject, such as Roudinesco, Miller, Calligaris, Quinet, Mezan and Jorge, we sought to analyze issues relevant to the debate undertaken. The first relevant point raised touches on questions regarding the ethics and technique that guide Psychoanalysis. The second topic intends to identify what is at stake when it comes to the formation of a psychoanalyst. The third argument delimits what particularizes the teaching/transmission of Psychoanalysis, establishing an incursion, especially, by the discourses of the master, the university student and the analyst, and delimiting antagonistic positions in the social bond. Finally, in order to answer the previous questions, we pondered the possible relations between Psychoanalysis and the university.

Keywords: Teaching, transmission, Psychoanalysis.

SOBRE LA ENSEÑANZA DEL PSICOANÁLISIS EN LA UNIVERSIDAD: REFLEXIONES SOBRE LÍMITES Y POSIBILIDADES

RESUMEN

El presente artículo pretende examinar las posibilidades y los límites, de la enseñanza/transmisión del Psicoanálisis en las universidades, con la intención de debates contemporáneos en torno a la creación de un curso de graduación en Psicoanálisis y los recurrentes intentos de regularla. Considerando las aportaciones de Freud y Lacan y comentaristas del tema, como Roudinesco, Miller, Calligaris, Quinet, Mezan y Jorge, intentamos analizar cuestiones pertinentes para el debate emprendido. El primer punto de relevancia abordado se refiere a cuestiones relativas a la ética y la técnica que guían el Psicoanálisis. El segundo tema pretende identificar lo que está en juego en la formación de un psicoanalista. El tercer argumento delimita lo que particulariza la enseñanza/transmisión del Psicoanálisis, estableciendo una incursión, especialmente, por los discursos del maestro, la universidad y el analista, y delimitando posiciones antagónicas en el lazo social. Por último, para responder a las preguntas anteriores, reflexionamos sobre las posibles relaciones entre el psicoanálisis y la universidad.

Palabras-clave: Enseñanza, transmisión, Psicoanálisis.

Introdução

Desde suas primeiras formulações, a Psicanálise vem sendo constantemente criticada e apontada como uma disciplina desprovida dos rigores que caracterizariam a ciência, sendo previsto, década após década, que sua existência estaria ameaçada. Ao longo de sua trajetória, diversos movimentos foram (e ainda vêm sendo) efetivados, a fim de dilapidar o prestígio alcançado por esse conhecimento e por essa prática.

Apesar disso, a Psicanálise já alcançou mais de cem anos de história, sendo notável o crescente interesse por esse campo do saber, notadamente expresso pelo volume de profissionais, que pleiteiam realizar sua formação nesse campo e pela presença marcante e constante de suas teorias nos debates contemporâneos. Não obstante, avolumam-se os projetos políticos e econômicos que aspiram a integrar o discurso psicanalítico, pretendendo adequá-lo a uma lógica de consumo. Tais projetos³ são justificados sob o pretexto de transformar a prática psicanalítica em uma técnica testável, verificável, padronizável e disponível.

Seguindo o referido raciocínio, a Psicanálise poderia ser abarcada por uma lógica de mercado que, na contemporaneidade, se sustenta por meio do imperativo de que tudo pode ser consumido por aqueles que dispõem de dinheiro e sua efetividade é medida de acordo com resultados que contemplam efeitos comprováveis no menor tempo possível. Sob a égide do capitalismo, um tratamento orientado pela Psicanálise, tal qual vem sendo constituído desde seu surgimento, representaria um grande dispêndio de tempo e de dinheiro. Isso implicaria na impossibilidade de o sujeito retomar as atividades produtivas/laborais em prol do capital, em menor tempo possível e, preferencialmente, sem questionar o modelo de relação e de sociedade, ao qual está submetido e que, muitas vezes, está na base de seu adoecimento.

Essa disposição em relação à Psicanálise já despertava a atenção de seu fundador, Sigmund Freud, conforme ele mesmo expressou durante uma entrevista concedida a George Sylvester Viereck, em 1926. Nela, Freud reflete sobre a receptividade das ideias psicanalíticas nos Estados Unidos: “Tenho receio da minha popularidade nos EUA. O interesse americano pela Psicanálise não se aprofunda. A popularização leva à aceitação superficial sem estudo sério (...)” (Gay, Rieff & Wollheim, 1926, s/p). O autor argumenta ainda que, apesar do reconhecimento recebido no referido país, “a América fez poucas contribuições originais à Psicanálise” (Gay, Rieff & Wollheim, 1926, s/p). Essas ponderações freudianas sinalizam a existência de ressalvas à proliferação da Psicanálise sem a devida consideração à seriedade, ao compromisso e à ética sobre as quais um psicanalista deve se amparar.

Nesse sentido, este artigo foi impulsionado pelo debate em torno da criação de um curso de graduação em Psicanálise e das recorrentes tentativas de regulamentá-la como profissão. Conforme exposto por Frausino (2022, s/p), ao argumentar que “soubemos de mais um fato que nos assombrou: a oferta de um curso de graduação, bacharelado em psicanálise”. Cumpre também debater a respeito de iniciativas que buscam banir a Psicanálise dos currículos acadêmicos, em especial dos cursos de graduação em Psicologia. Rosa (2001, s/p) aponta: “(...) A implantação desse projeto gera debates, especialmente nas discussões curriculares

³ Um exemplo de projeto do qual trata o texto é o Projeto de Lei nº 3.944-A, de 2000.

das faculdades, e alcançam a Psicanálise, questionando a sua presença e o espaço que pode ou deve ser-lhe tornado disponível nos cursos de Psicologia”. Nessa seara, vislumbra-se que, para a Psicanálise, existe uma problemática em torno de sua entrada na universidade.

A fim de enveredar pelas questões propostas, foi realizada uma revisão narrativa. A escolha metodológica se demonstra adequada à proposta do presente artigo, uma vez que o método de revisão de literatura “não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações” (UNESP, 2015, s/p). Em conformidade com essa definição, a argumentação proposta está sustentada a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, contemplando, especialmente, trabalhos originais de Sigmund Freud e de Jacques Lacan e de alguns dos comentadores do tema proposto, como Élisabeth Roudinesco, Jacques-Allain Miller, Contardo Calligaris, Antônio Quinet, Renato Mezan e Marco Antônio Coutinho Jorge.

1 A ética e a técnica da Psicanálise

Roudinesco (2000, p. 9) delimita, em sua obra *Por que a Psicanálise?* que, “quanto mais as instituições psicanalíticas implodem, mais a Psicanálise está presente nas diferentes esferas da sociedade e mais serve de referência histórica para a psicologia clínica”. A partir dessa premissa, é importante a compreensão a respeito das possibilidades e dos limites do discurso da Psicanálise no âmbito da instituição universitária, bem como distingui-la nas esferas da clínica e do ensino/transmissão.

Com a criação da Psicanálise, Freud inaugurou um novo método de tratamento, afastando-se do modelo meramente calcado na lógica médico-patológica, até então estabelecido como premissa de trabalho na clínica médica, encaminhando-se para um contexto, no qual a escuta do singular de cada sujeito se fundamenta como premissa. Prudente e Ribeiro (2005) ressaltam o direcionamento da Medicina no contexto em que a Psicanálise surgiu, no século XIX, destacando o caráter anatomopatológico como horizonte de trabalho e pesquisa no contexto médico. Os referidos autores destacam, ainda, que “a invenção da escuta do inconsciente proposta pela Psicanálise rompeu com a Medicina da época, que propunha uma correspondência exata do ‘corpo’ da doença com o corpo do homem doente” (Prudente & Ribeiro, 2005, p. 61).

Dessa forma, foi fundamental a elaboração de teorias, que pudessem sustentar a prática psicanalítica, embora mantendo claro que cada caso demanda um manejo diferenciado. A descoberta, a criação e o debate das teorias sobre o aparelho psíquico (Freud, 1900 [1901]/2006) foram, e ainda são, essenciais para que se possa compreender as particularidades do psiquismo e de sua articulação com o inconsciente. Como ressaltam Roudinesco e Plon (1998, p. 511), resgatando uma carta escrita por Freud, em 10 de março de 1898: “Parece-me que a explicação através da realização de um desejo fornece uma solução psicológica, mas não uma solução biológica, e, sim, metapsicológica”. Assim, surgiu a metapsicologia freudiana como um saber aberto a experiências e a revisões.

De acordo com Almeida e Fabrini (2016), Freud, ao fundar a Psicanálise, considera a inclusão do sujeito do inconsciente e de suas palavras durante o processo, engendrando uma

nova ética de tratamento. Em *Sobre o início do tratamento*, Freud (1913/2006) afirma ser impossível a prática clínica psicanalítica pautada em uma mecanização técnica. Sendo assim, na Psicanálise não existe um manual rigoroso a ser seguido, mas sim recomendações para um fazer pautado na transferência do analisando para a figura do analista. Nesse contexto, como expressa Olivani (2019, p. 23) a respeito das contribuições lacanianas no tocante à ética, “Lacan recoloca a técnica em tensão com a ética: nem no extremo da quantificação e de uma espécie de receita ou de passos, de esquemas previamente estipulados, e nem no extremo da impressão ou da influência da contratransferência unicamente”.

Nesse contexto, a ética é o efeito produzido pela fala, de forma singular, como destaca Miller (1997, p. 221): “Na análise, contudo, as questões técnicas são éticas, por um motivo muito preciso: nela, nos dirigimos ao sujeito. A categoria do sujeito é ética e não técnica”. Dessa maneira, a proposta ética, sobre a qual se assenta a Psicanálise, está orientada para a escuta do sujeito, diferenciando-se da ética no viés da moral.

Diferentemente do estabelecimento de meios para classificar e erigir o fechamento de um diagnóstico, comumente identificados em lógicas de prestação de serviços médicos ou outras premissas de trabalho psicoterapêutico, vislumbra-se remeter ao principal foco da análise, qual seja: o funcionamento psíquico do sujeito baseado no inconsciente. A esse respeito, Quinet (2009, p. 8) afirma:

É o analista com seu ato que dá existência ao inconsciente, promovendo a psicanálise no particular de cada caso. Autorizar o início de uma análise é um ato psicanalítico - eis a condição do inconsciente cujo estatuto não é, portanto, ôntico, mas ético, pois depende desse ato do analista.

Desse modo, a análise se sustenta a partir de um processo que não engloba regras meramente reproduzíveis, mas sim condições que são importantes para obter informações pertinentes à narrativa de sofrimento do sujeito, posição que retrata a ética da Psicanálise. Tais condições auxiliarão na identificação dos mecanismos psíquicos, aos quais o analisando recorre a partir da perspectiva do inconsciente e que podem vir à tona por meio da associação livre⁴. E, a partir disso, o saber inconsciente vai conduzir o percurso psicanalítico de cada sujeito, incluindo o do próprio analista.

1.1 Como (não) se forma um psicanalista?

Como visto, o trabalho de uma análise é oposto à tentativa de padronizar técnicas diagnósticas, mas visa a conduzir a um percurso que considera o saber do inconsciente, conforme apontam Oliveira & Neves (2013, p. 107): “Na direção do tratamento psicanalítico,

⁴ Freud, (1924 [1923]/2006, p. 219), no capítulo intitulado “Uma breve descrição da Psicanálise”, ao retomar questões que culminaram no abandono do método hipnótico, aponta que a associação livre consiste em “fazer os pacientes assumirem o compromisso de se absterem de qualquer reflexão consciente e se abandonarem em um estado de tranquila concentração, para seguir as ideias que espontaneamente (involuntariamente) lhe ocorressem”.

não há espaço para a normatividade utilitarista almejada pelas psicoterapias e pelos manuais de técnica terapêutica”. Para tanto, um dos princípios da formação de um analista é a análise pessoal, tendo em vista que, para se tornar um analista, é necessário que este atravesse seu próprio percurso de análise (Freud, 1912/2006). De acordo com Nogueira Filho & Warchavchik (2008), reproduz-se, desse modo, não o percurso de Freud, o que implicaria mimetizá-lo, perdendo-se, então, a singularidade de cada processo, mas sim uma postura de abertura para o novo, de implicação pessoal com o processo e a afirmação incontestável de que a análise da própria subjetividade será sempre o material privilegiado na construção de um analista.

Conforme ressaltado por Strachey (1911-1915 [1914]/2006, p. 95), nas notas do editor a respeito dos *Artigos sobre técnica*, “Freud nunca deixou de insistir que um domínio apropriado do assunto só poderia ser adquirido pela experiência clínica, e não pelos livros. Experiência clínica com pacientes sem dúvida, mas, acima de tudo, experiência clínica oriunda da própria análise do analista”. A partir do momento em que o analisante se vê conduzido pela própria experiência de análise e livre da ação do recalque, são estabelecidas algumas das condições para ouvir o paciente e seu inconsciente.

Nessa perspectiva, Ferraz (2014) argumenta que os escritos freudianos remetem aos critérios que devem ser observados no percurso de formação do analista, contemplando três pilares fundamentais: a análise pessoal, o estudo teórico e a supervisão clínica. Entretanto, é digno de nota o valor elementar que o autor concede à análise pessoal, diferentemente de outras formações para as quais a exigência está calcada na aprendizagem da teoria. Conforme argumentado no texto *Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise*: “Há alguns anos, dei como resposta à pergunta de como alguém se pode tornar analista: ‘Pela análise dos próprios sonhos’” (Freud, 1912/2006, p. 70). A prática, também, é crucial para a formação profissional tanto quando se trata do psicólogo que escolhe efetivar um percurso psicanalítico quanto de psicanalistas oriundos dos mais diversos campos do saber em formação. A partir dos atendimentos/prática, encontra-se o segundo pilar, o qual sustenta a Psicanálise: a supervisão, que consiste no olhar/escuta realizado por um analista mais experiente sobre outro analista.

Seguindo essa direção, é possível notar que a prática psicanalítica emprega recursos para a compreensão acerca do psiquismo humano. Um destes é a construção do caso, que é utilizada como uma via de acesso a esse campo e a esses objetos, que permeiam o funcionamento psíquico. Assim, a construção do caso se sustenta amparada no próprio transcurso da análise a partir da transferência e da associação livre, capaz de vislumbrar o discurso do sujeito de forma singular.

Conforme explicitado, a Psicanálise configura um campo que não se caracteriza pelo uso de métodos generalizados, uma vez que a construção do caso clínico não deve se limitar a descrições por mais completas que sejam. De acordo com Siqueira e Queiroz (2014, p. 105), “é um arranjo dos elementos do discurso visando a uma conduta. O caso dispõe de uma pertinência descritiva, é uma construção de uma memória anacrônica por parte do analista”. A construção do caso, então, comporta uma história clínica, extraída da narrativa do sujeito,

que visa, em última instância, a orientar as intervenções e a escuta do caso. Por meio desse procedimento, os extratos daquilo que foi narrado pelo analisante passam a compor um conjunto, que não precisa integrar uma cronologia de fatos, mas uma orientação diante dos sintomas relatados e manifestados e da posição subjetiva que o sujeito ocupa entre outros pontos relevantes.

Sobre a supervisão, Roudinesco e Plon (1998, p. 746) destacam: “(...) refere-se, de um lado, à análise que o supervisor faz da contratransferência do supervisionando para seu paciente e, de outro, à maneira como se desenrola a análise do paciente”. Portanto, o supervisor tem a função de recortar junto ao supervisionando questões que demandam maior aprofundamento teórico e/ou pontos que tocam a história pessoal do supervisionando e, assim, requerem ser direcionadas à análise pessoal (Jorge, 2017). Isso posto, denota-se que o supervisor funciona no intuito de impulsionar o analista menos experiente na construção dos casos que acompanha entre os conceitos e direcionamentos teóricos e a experiência com seu próprio inconsciente no percurso de sua análise.

Quanto ao terceiro fundamento sobre o qual se assenta a formação do analista, tem-se o estudo da teoria. Trata-se de aprender o conteúdo técnico, buscando a compreensão acerca dos conceitos fundamentais. Para isso, faz-se necessária a formação teórica, que deve acontecer por uma transmissão de conhecimento, que não se limita a estudos de obras.

No tocante a esse aspecto, Calligaris (2021, p. 100) pondera sobre a relação entre a análise e a formação teórica nos termos seguintes: “Há uma diferença relevante entre ler como estudante, que deve dar conta do que aprendeu, e ler como terapeuta em formação, que interpreta os textos a partir da experiência singular de sua própria terapia ou análise”. Dessa maneira, tendo em vista as proposições a respeito dos elementos que sustentam a formação de um psicanalista, deve-se considerar que, no cenário da clínica tradicional e no contexto universitário, o horizonte da atuação vai divergir. Como ressalta Santoro (2006, p. 63): “Contrariamente à ilusão filosófica, a ética é relativa ao discurso: a ética do senhor não é a do analista; a ética da universidade não é a da histórica”. Nessa passagem, o autor demonstra haver divergências entre aquilo que se espera e se produz no contexto universitário e o que se constrói no percurso analítico⁵.

Em 1918-1919, no texto intitulado *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades*, Freud debateu a respeito da inserção da Psicanálise no âmbito universitário. O autor argumenta que a referida inclusão foi estabelecida por meio de aulas teóricas, “ministradas de forma dogmática e acrítica” (Freud, 1918 [1919]/2006, p. 189) e, assim, demonstrou-se como uma oportunidade muito restrita de capacitar os estudantes de Medicina a praticarem a Psicanálise. Para fins de pesquisa, Freud (1918 [1919]/2006) defendeu que os professores deveriam ter acesso a um ambulatório, onde seria possível demonstrar que o método e o tratamento psicanalíticos coincidem. Desse modo, surgiria uma pesquisa sustentada na prática clínica e, nesse aspecto, o ensino tenderia a uma transmissão a partir da experiência. Santos Filho (2007, p. 80) elucida esse ponto ao debater que,

⁵ Este tópico será objeto de maior aprofundamento no subtítulo 1.2.

(...) na busca curiosa e ainda ingênua do encontro com o inconsciente alheio, o primeiro que se encontra é o próprio inconsciente (...). Aqui existe um duplo risco: de um lado, o aprisionamento num ensino puramente teórico, desligado da experiência clínica e distante do que os alunos podem assimilar com a bagagem desse momento; de outro, a possibilidade de oferecer uma vivência clínica através da experiência prática, que entretanto, por sua própria natureza, pode provocar um impacto capaz de intensificar indesejavelmente as resistências.

Com isso, nota-se que o fundador da Psicanálise não era avesso à presença da Psicanálise nas universidades (Freud, 1919[1918]/2006). Contudo, argumentou criticamente sobre um ensino, que se sustentava como mera apresentação de conceitos, sem a articulação com uma clínica, com a pesquisa e, principalmente, executada por um técnico, munido de arcabouço teórico mas sem jamais ter passado pela própria experiência de análise pessoal.

Freud (1922 [1923]/2006), na obra *Dois verbetes de enciclopédia*, estabelece uma comparação entre a Psicanálise e os Métodos Hipnótico e Sugestivo. Nesta, torna evidente uma contundente distinção entre o uso da autoridade para a obtenção da supressão de sintomas - ideia presente na sugestão - e a remoção das resistências, respeitando a individualidade e mantendo o poder do próprio paciente diante de seu processo de cura. Segundo Freud (1922 [1923]/2006, p. 267):

(...) O procedimento psicanalítico difere de todos os métodos que fazem uso da sugestão, persuasão etc., pelo fato de não procurar suprimir através da autoridade qualquer fenômeno mental que possa ocorrer no paciente. Esforça-se por traçar a causação de fenômeno e removê-la pelo ocasionamento de uma modificação permanente nas condições que levaram a ele. Na psicanálise, a influência sugestiva que é inevitavelmente exercida pelo médico desvia-se para a missão atribuída ao paciente de sobrepujar suas resistências, isto é, de levar avante o processo curativo.

Ao assegurar que a Psicanálise diverge de todos os métodos que se utilizam da sugestão, Freud (1922 [1923]/2006) proporciona argumentos necessários para que se estabeleça uma aproximação entre aquilo que determina como característico da sugestão e o processo educativo. Ao se destacar o poder atribuído às figuras de autoridade, a Pedagogia se pauta por um conjunto de normas, atribuições e metodologias que vislumbram a aquisição de habilidades e de competências bastante específicas. Para isso, são construídas estratégias disciplinares, cujo objetivo é “(...) moldar disciplinarmente os indivíduos que ela (instituição escolar) toma para si” (Veiga-Neto, 2007, p. 145). Dessa forma, promove uma organização em torno de didáticas, de conteúdos e de processos avaliativos, muitas vezes rígidos e padronizados. Por sua vez, a Psicanálise apresenta um direcionamento diverso,

tendo em vista que o horizonte ético que a alma, conforme explicitado anteriormente, pressupõe o desejo do analista⁶ como parte do seu percurso de formação. Nessas condições, o reconhecimento do próprio desejo não pode ser disciplinado.

Ante o exposto, o conhecimento de conteúdos, tão caro à educação, não garante (se é que se trata de alguma garantia) que alguém esteja habilitado para exercer o ofício de psicanalista. Ademais, segundo Freud (1907/1982, p. 80, livre tradução), “todo tratamento psicanalítico é uma tentativa para libertar o amor recalçado, que encontrou no sintoma a incômoda solução de um compromisso”. Portanto, a aprendizagem de teorias, conceitos e técnicas não comporta, necessariamente, uma experiência, que visa, em última instância, à conquista e à promoção de uma certa liberdade, horizonte de uma análise. Diante de tais reflexões, ancoradas nas premissas freudianas, é possível tangenciar as incompatibilidades entre as posições em debate bem como elucidar o que está em jogo quando se coloca em questão o ensino da Psicanálise na universidade. Tendo em vista as pontuações estabelecidas por Freud sobre o tema, apresentadas até o momento, considera-se essencial recorrer à teoria lacaniana dos discursos⁷, uma vez que essa figura é uma importante contribuição e avanço na concepção psicanalítica.

1.2 Uma contribuição lacaniana: a teoria dos discursos como forma de identificação dos lugares possíveis ao analista no laço social

A teoria e a prática psicanalíticas se desenvolvem concedendo primazia à lógica do inconsciente. Nesse sentido, Lacan (1969-1970/1992), no *Seminário 17: O avesso da psicanálise*, apresenta o sujeito em sua dimensão inconsciente, estabelecendo a teoria dos discursos. Cada discurso denota uma forma de laço social, por meio da linguagem mas sem o uso de palavras (Lacan, 1969-1970/1992). Com isso, o autor estabelece uma cadeia de significantes, a qual produz discursos, sendo eles o discurso do mestre, o da histérica, o do analista e o do universitário. De acordo com a modificação dos lugares de cada significante junto ao sujeito, muda-se o discurso, ou seja, o vínculo social, conforme exposto: “Os discursos nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o *status* existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem palavras, que vêm em seguida alojar-se nele” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 158).

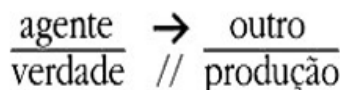
⁶ A respeito do desejo do analista, Machado (2008, p. 36) retoma o seminário VIII de Lacan, sobre a transferência, para delimitar que “o desejo do analista é preciso: ele é uma função! O que é articulado a partir de um rigor lógico que leva em conta um saber sobre a causa, sobre a verdade da estrutura, que é o vazio do real, e que concerne ao final da análise”. A autora aponta que esse desejo, advindo da própria análise, sustenta a condição de renunciar de seu próprio ser na análise e sustentar a escuta do outro.

⁷ Cumpre destacar que Lacan desenvolve um longo percurso teórico antes de enveredar pelo campo da lógica e constituir a chamada clínica do Real. Inicialmente, o autor se dedicou ao retorno a Freud, no qual estabelece a retomada dos conceitos freudianos, a relação com a linguística e com o estruturalismo, além de uma crítica aos psicanalistas ingleses por se distanciarem do ensino freudiano (Forbes, 2014). Tendo em vista o recorte estabelecido no presente artigo, não se dedicou ao período inicial do ensino lacaniano, promovendo um salto entre o pensamento freudiano e a clínica do Real.

Coelho (2006) assevera que o discurso é uma estrutura necessária na relação de um significante com o outro. De acordo com Lacan (1959-1960/2008, p. 46), no *Seminário 7*, “no nível da objetivação, ou do objeto, o conhecido e o desconhecido opõem-se. É porque o que é conhecido não pode ser conhecido se não em palavras, que o que é desconhecido apresenta-se como tendo uma estrutura de linguagem”. Desse aforismo lacaniano pode-se depreender que o inconsciente não representa uma supraconsciência ou meramente um reservatório daquilo que estaria esquecido, de pulsões obscuras, mas uma manifestação que emerge nas mais diversas formas de linguagem. É na linguagem, com seus lapsos, chistes e atos falhos, que o sujeito pronuncia a verdade do seu desejo.

A formalização dos discursos tem uma distribuição espacial que se dá em dois níveis: quanto às posições, que são permanentes, e quanto aos termos (agente, outro, verdade e produção), que se modificam na rotação de um quarto de volta, que leva ao estabelecimento de outro modo discursivo. Conforme designado por Lacan (1970/2003c), os termos que ocupam os lugares nos matemas, que demonstram os laços discursivos possíveis, são S_1 , que representa o significante mestre, o S_2 , que corresponde ao saber, o $\$$, relativo ao sujeito e o a , que caracteriza o mais-de-gozar. Além disso, deve-se considerar os lugares ocupados, tal qual a Figura 1:

Figura 1 – Como se configura a estrutura discursiva para Lacan



Fonte: Lacan (1970/2003c, p. 447).

Coelho (2006) explica que, o *agente* orienta os discursos e controla o laço social, no qual o *outro* representa aquele a quem está direcionado o discurso. A *produção* aponta para aquilo que é produzido, alcançado, a partir do discurso, que é sustentado pela *verdade*. O discurso passa a ser concebido pela articulação da cadeia significante e a partir da efetivação de um quarto de giro em cada um dos termos, advindo um dos quatro discursos: do mestre, da histeria, do analista e do universitário (Lacan, 1969-1970/1992, p. 27).

Segundo Lacan (1969-1970/1992), o discurso do mestre se refere à relação entre o mestre e o escravo, no qual o mestre ocupa a posição de detentor do saber e o escravo se liberta através do trabalho. Esse discurso confere sustentação aos demais, conforme expressa Lacan (1969-1970/1992, p. 18):

(...) é fato, determinado por razões históricas, que essa primeira forma, a que se enuncia a partir desse significante, que representa um sujeito ante outro significante, tem uma importância toda particular na medida em que, entre os quatro discursos, ela se fixará no que iremos enunciar este ano como discurso do mestre.

A respeito do discurso do universitário, Lacan (1969-1970/1992, p. 139) afirma: “É justamente em razão do desnudamento cada vez mais extremo do discurso do mestre que o discurso da Universidade acaba manifestando”. Assim, o discurso do mestre, detentor do saber, passa ao discurso universitário, elucidativo das instituições, representando um discurso por meio do qual aqueles sujeitos que não sabem de toda a verdade podem usufruir do saber e serem formados.

No entanto, a forma de enlaçamento presente no discurso universitário implica, para o sujeito, apenas uma reprodução do que é enunciado (por um mestre) e não a produção de saber sobre si mesmo. Em consonância com Quinet (2009), **isso decorre do fato de que**, no discurso universitário, há uma idealização, calcada na existência de um certo domínio do saber científico. Neste, o sujeito passa a ser o sujeito da crença em um saber onisciente e o outro está no lugar de objeto.

Por sua vez, o discurso da histórica configura seu mérito “em manter na instituição discursiva a pergunta sobre o que vem a ser a relação sexual, ou seja, de como um sujeito pode sustentá-la, ou, melhor dizendo, não pode sustentá-la” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 87). A resposta a essa pergunta é a verdade que está recalcada. Nesse discurso, produz-se o saber sobre o sujeito, mas não implica o sujeito e sua verdade. Sendo assim, o discurso da histórica denota o inconsciente em exercício, que está propício à análise.

Por fim, o discurso do analista, segundo Lacan (1969-1970/1992, p. 36), erige o contraponto ao discurso do mestre, no qual “o analista se faz de causa do desejo do analisante”. Essa relação sustenta a associação livre, pois nesta o analista está no lugar de causa de desejo⁸ a viabilizar que o analisando deseje. O discurso analítico leva o saber ao lugar da verdade que, longe de comportar qualquer saber absoluto, em última instância aponta para a castração.

A partir desse esboço das posições discursivas, pode-se estabelecer uma articulação com o ensino realizado no contexto universitário, isto é, nas formações em níveis de graduações, pós-graduações e cursos de formação continuada, entre outras modalidades de estudos acadêmicos. Nesse âmbito, o discurso do mestre representa o lugar ocupado pelos professores, supostos detentores do conhecimento que devem ter o saber reconhecido. O discurso universitário, então, seria incorporado pelo estudante/estagiário, que busca alcançar o saber, os títulos, a dita formação.

Tendo em vista as proposições lacanianas anteriormente apresentadas, reconhece-se que tal discurso, do mestre, é incompatível com a posição do analista. Sendo assim, o estudante/estagiário precisará ter como horizonte uma transposição entre a lógica discursiva passível ao seu lugar social, de estudante, para a posição do analista, passando a sujeito suposto saber possível de apreender. Nesse aspecto, cumpre percorrer as implicações dessa direção como premissa para a formação, sempre singular, de um psicanalista.

⁸ De acordo com Lacan (1969-1970/1992, p. 74), “a causa de desejo está na perspectiva do analisante desejar o analista e este permanece em posição de mestre. É lá que o analista se coloca. Ele se coloca como causa de desejo, posição eminentemente inédita, senão paradoxal, que uma prática ratifica”.

1.3 A transmissão como condição: uma relação possível entre a Psicanálise e a universidade

A referida operação entre a posição do universitário e a posição do analista é fundamental para que uma orientação psicanalítica possa advir, tendo em vista que o analista constrói o saber fazer capaz de suportar a transferência com o outro. Em decorrência disso, destaca-se que não se constitui um analista na graduação, mas esse fato não elimina a importância da presença dessa teoria e dessa prática na universidade.

O professor ocupa o lugar da verdade, de alguém que detém saber e, ao outro, resta como um a passivo, aquele a quem cabe apenas receber. Como ressaltam Roudinesco e Plon (1998, p. 551), “o objeto desejado pelo sujeito e que se furta a ele a ponto de ser não representável”. Isso posto, deve-se atentar para que a Psicanálise na instituição não seja apenas ensinada⁹. Nessa perspectiva, a sustentação da Psicanálise na universidade advém de um movimento que vise a assegurar a oportunidade para que uma transmissão aconteça, ensejando que se vivencie a teoria na prática, visto que, para o analista, não existe esse lugar de saber absoluto; este é sempre douto. Diante dessas constatações, observa-se a viabilidade da presença do discurso do analista na universidade, considerando a sustentação da teoria atrelada à prática e à pesquisa.

Ultrapassar a posição de mestria em relação ao saber implica que o professor não apenas ensine a teoria psicanalítica, mas, sim, a transmita. A esse respeito, Kyrillos Neto e Moreira (2010, p. 114) retomam o discurso da histeria ao reconhecer “o professor como o ensinante que sempre coloca questões frente a um saber constituído, e isso sustentado numa verdade a que tem acesso em função de sua própria prática como psicanalista”. O professor, então, se ocupa de provocar, incitar o estudante, mas esse fazer inclui a sua própria experiência, que o conduz na orientação de seu trabalho.

Lacan (1970/2003a, p. 310) conclui o texto “Alocação sobre o ensino” argumentando que, “ao se oferecer ao ensino, o discurso psicanalítico leva o psicanalista à posição do psicanalisante, isto é, a não produzir nada que possa dominar, malgrado a aparência, a não ser a título de sintoma”. É dessa forma que ele pode transmitir algo sustentado pelo Real¹⁰ do sintoma, como atesta o discurso da histérica.

Em oposição a outras disciplinas inseridas no contexto universitário, a Psicanálise, para Maurano (2006, p. 222), implica a “transmissão de um saber que não se sabe, ou seja, a transmissão de um enigma, um dizer pela metade, que é fisgado pela verdade, mas que não

⁹ Nesse sentido, a conferência proferida por Laurent (2007, s/p), a respeito do relato de caso, pode contribuir com a questão ao apontar que “a via própria ao discurso psicanalítico, na troca sobre o relato de caso, reside no contraste entre a abordagem pela heterogeneidade e a abordagem pela língua expurgada universal. Longe de expurgar, é preciso atualizar uma clínica dos sintomas, estabelecida por cada sujeito, tendendo àquilo que é nomeável e àquilo que é inominável no uso que ele faz da língua de sua comunidade. Isso supõe manter vazios os lugares ocupados pelo prêt-à-porter das classificações segregativas, para dar lugar a verdadeiras distinções, uma por uma”.

¹⁰ Segundo Sternick (2010, p. 31), “Na perspectiva lacaniana, o Real é o impossível. Sabe-se que o Real não comporta simbolização e, por isso, acaba tendo a dimensão da insistência; na lógica lacaniana, é o que ‘não cessa de não se inscrever’. Sendo assim, urge que se tente dar sentido para aquilo que não tem sentido”.

elide o abismo que há entre esta e o saber”. Assim, a função do psicanalista, de transmissão do saber, deve ser realizada através de dois planos: a intenção e a extensão¹¹. Segundo Almeida (2006, p. 17), “a expressão Psicanálise em intenção aplica-se à própria experiência psicanalítica, eixo fundamental da formação”. Sendo assim, a intenção está no plano do desejo do analista, enquanto a extensão se faz por meio da transmissão. Ainda, conforme Almeida (2006, p. 18), “parece-nos muito mais apropriado, seguindo a lógica lacaniana do retorno a Freud, referir-se à Psicanálise em extensão como ensino, divulgação ou difusão da Psicanálise e de seus desdobramentos no campo da cultura e das instituições sociais”.

Isso posto, apenas levar a teoria para as universidades e avaliar o aprendizado não é suficiente. É necessário o desejo do analista para se fazer da intenção à extensão. Kyrillos Neto e Moreira (2010, p. 36) afirmam que “esses profissionais reconhecem a enunciação, ordem do particular e do singular, onde quem fala importa e a quantificação avaliativa fracassa. Eles podem dizer de outra repetição, constatada na prática clínica, na qual a teoria importa, mas, não é tudo”. Assim sendo, no âmbito universitário, deve-se considerar o processo do sujeito como receptor da transmissão da Psicanálise bem como na prática clínica o analista necessita ir além da teoria, para atuar.

Consoante com Kyrillos Neto e Moreira (2010), a teoria é importante, mas deve considerar a ordem do singular. Desse modo, a fala do psicanalista é de interesse assim como é relevante levar os casos da clínica. Isso, também, é significativo para o âmbito universitário, pois é uma forma de extensão, que parte de um desejo dos profissionais, ou seja, da intenção, espaço onde ocorre o trabalho de conhecimento da teoria e o trabalho de transmissão da Psicanálise no campo da ação. Em vista disso, os autores abordam o uso do caso clínico como ferramenta de transmissão da Psicanálise, complementando, ainda, que:

Um caso não é então construído para ser ilustração de um ponto da teoria. Ele não é um exercício acadêmico, ainda que possa ter bom uso na academia, no ensino, na transmissão sobre a clínica, sobre questões cruciais da psicanálise, provocando efeitos discursivos, testemunhando e extraindo saber sobre os caminhos pelos quais o real em jogo é abordado (Kyrillos Neto & Moreira, 2010, p. 43).

Isso significa que o caso clínico age como mobilização do desejo do analista de transmissão da Psicanálise. Tal desejo, a partir da transmissão e do compartilhamento do seu discurso, pode provocar efeitos discursivos no âmbito da formação; isto é, pode configurar como possibilidade de auxiliar na construção de conhecimentos sobre a Psicanálise na universidade.

Ciente da relevância da Psicanálise na universidade, mas ressaltando que não é a via principal para constituir um psicanalista, Freud (1912/2006, p. 107) dispõe: “A inclusão

¹¹ Psicanálise em extensão foi um termo inserido por Lacan (1967/2003b, p. 251) para se referir a “tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo e psicanálise em extensão. Ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela”.

da Psicanálise no currículo universitário seria sem dúvida olhada com satisfação por todo psicanalista. Ao mesmo tempo, é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo”. Para esse autor, ao defender a análise leiga, ou seja, não exclusiva aos médicos¹², o psicanalista pode se beneficiar da inserção da teoria nos cursos universitários, mas essa não é uma condição para se tornar um psicanalista.

Desde os currículos da graduação em Psicologia aos programas de pós-graduação em linhas de pesquisa ou em programas exclusivamente dedicados à teoria, nos últimos anos, vem se observando um significativo aumento da presença da Psicanálise nas universidades (Coutinho, Mattos, Monteiro, Virgens & Almeida Filho, 2013). A história da Psicanálise é perpassada por mudanças e evolução na construção de sua teoria, desde a fundação, com Freud e colaboradores, até a atualidade, momento em que esta vem sendo convocada a ocupar determinados espaços no âmbito social. Dessa forma, embora exista um caminho entre a perspectiva clássica e a que é transmitida dentro da universidade, incluindo o percurso que engloba sintomas contemporâneos, alguns posicionamentos se mantêm preservados, tendo em vista que representam condições de análise, como a associação livre e os conceitos fundamentais. À vista disso, escreve Mezan (1996, p. 107): “A meu ver, todo trabalho clínico deve ser precedido por uma formação extensa e exigente, baseada na análise pessoal do terapeuta, na elucidação e elaboração dos seus conflitos básicos e no estudo rigoroso da teoria que lhe servirá de instrumento para pensar”.

No mesmo sentido, Jorge (1995) afirma que, no que diz respeito ao ensino teórico, deve-se dizer, antes de tudo, que ele não pode prescindir da referência à experiência clínica. Isso posto, quando se refere ao âmbito universitário, a experiência clínica também está presente, aparece sob a forma da realização do estágio, onde os universitários atuam orientados pela ética e pela perspectiva teórica sob supervisão de um profissional. No entanto, embora a experiência do estágio seja muito valiosa, é uma experiência breve, pois tem um tempo exato para acontecer.

Portanto, a presença da Psicanálise em instituições de ensino se configura como o início de um conhecimento, e cada estudante vai responder de uma forma a essa transmissão que pode instigar a ir além na sua relação com o saber. Também, considera-se imprescindível o modo como o estudante é afetado por este saber/não saber ao qual é convocado a partir de questionamentos. Então, a Psicanálise é primordial para esse percurso de formação, uma vez que, a partir de seus fundamentos, de sua ética pautada na experiência do inconsciente, pode-se vislumbrar questões, que envolvem o sujeito de forma singular para além das classificações.

¹² Cumpre informar que, no momento inaugural da Psicanálise, havia questões em torno da clínica médica como detentora do monopólio sobre a prática psicanalítica. Tendo em vista que a fundação da Psicanálise foi mobilizada e defendida, em sua maioria, por profissionais que haviam se formado em Medicina, houve debates sobre manter ou não o ofício de psicanalista como privativo aos médicos. Por isso, o artigo tenciona se a análise era possível apenas para médicos ou não. Freud (1926-1929/2006) se posicionou a respeito desse embate, especialmente após o desenvolvimento de argumentos que defenderam a chamada análise leiga e, posteriormente, essa posição se tornou consolidada, especialmente mediante a criação de escolas de Psicanálise, cujo acesso não era privativo a graduados em Medicina.

Considerações finais

Tendo em vista as argumentações estabelecidas no presente artigo e considerando as posições discursivas abordadas e seus efeitos para o laço social, segundo o exposto pode-se ponderar que, embora a Psicanálise não se conforme meramente ao âmbito universitário, a existência do seu discurso como orientação de trabalho dentro dos currículos dos cursos de Psicologia, tanto no nível da graduação quanto das pós-graduações, pode se configurar como um dos pontos de partida para o estudante se encontrar com a teoria psicanalítica. Tal indicação se assenta no fato de que o direcionamento teórico consolidado no âmbito do ensino universitário se organiza em torno da mestria e, por isso, tende a apontar para a formalização de um saber ensinado por um mestre, que, supostamente, o detém, e é recebido passivamente por quem deseja detê-lo.

Por outro lado, a posição de um analista articula um saber que não está disponível, *a priori*, ao psicanalista, mas será produzido pelo próprio analisante. Sob esse prisma, não se pode presumir chegar a um termo em que se alcançou a verdade do conhecimento, ou seja, um conhecimento pleno ou saber sobre a teoria psicanalítica e o fazer que esta comporta.

Nesse sentido, embora não se pretenda apresentar uma posição conclusiva, mas lançar reflexões a respeito da formação em Psicanálise, sustenta-se que, para a sustentação do discurso psicanalítico na universidade, faz-se necessário afiançar a oportunidade de uma transmissão. Assim, torna-se fundamental viabilizar a presença do discurso do analista, considerando a sustentação da teoria atrelada à prática e à pesquisa e o processo do sujeito em direção a essa transmissão da Psicanálise, o que, assim como na prática clínica, requer ir além da teoria.

Referências bibliográficas

- Almeida, S. (2006). Transmissão da psicanálise a educadores: do ideal pedagógico ao real da (trans)missão educativa. *Estilos da clínica*, v. 11, n. 21, p. 14-23, dez. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2022.
- Almeida, A. A. P. & Fabrini, R. (2016). A ética da psicanálise e o diagnóstico psiquiátrico-político. Um estudo de caso a partir da biografia de “Jacinta Passos”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 19, n. 4, p. 751-765. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/GJNbfBF5hHMXnJjy3mZxfxHk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- Calligaris, C. (2021). *Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos*. Planeta.
- Coelho, C. (2006). Psicanálise e laço social: uma leitura do seminário 17. *Mental*, ano 4, n. 6, p. 107-121. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000100009. Acesso em: 20 set. 2022.

- Coutinho, D. M. B., Mattos, A. S., Monteiro, C. F. A., Virgens, P. A. & Almeida Filho, N. M. (2013). Ensino da psicanálise na universidade brasileira: retorno à proposta freudiana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 65, n. 1, p. 103-120, jan./jun. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000100008. Acesso em: 3 out. 2022.
- Ferraz, F. C. (2014). Transmissão e formação: apontamentos sobre o tripé analítico. *Jornal de Psicanálise*, v. 47, n. 86, p. 87-102, jun. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352014000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2022.
- Forbes, J. (2014). A análise lacaniana hoje: ingredientes, indicações e modo de usar. In: Riolfi, C. (org.). *Psicanálise: A clínica do Real*. Manole. cap. 1, p. 3-20.
- Frausino, C. (2022). **Curso de Graduação em psicanálise: é possível? Febrapsi, jan.**
- Disponível em: <https://febrapsi.org/publicacoes/noticias/curso-de-graduacao-em-psicanalise-e-possivel/#:~:text=O%20curso%20de%20bacharelado%20em,MEC%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20curso>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- Freud, S. (1900[1901] 2006). A interpretação dos sonhos: segunda parte e sobre os sonhos. In: Freud, S. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 5, p. 371-777.
- Freud, S. (1907/1982). Der Wahn und die Träume in W. Jensens “Gradiva”. *Studienausgabe*. Band X. Bildende Kunst und Literatur. Fischer, Taschenbuch Verlag. s. 9-85.
- Freud, S. (1912/2006). Recomendações aos médicos que pratica a psicanálise. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 12, p. 123-137.
- Freud, S. (1913/2006). *Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)*. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 12, p.137-161.
- Freud, S. (1919 [1918]). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 17, p. 185-187.
- Freud, S. (1922 [1923]/2006). Dois verbetes de enciclopédia. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras completas*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 18, p. 251-277.
- Freud, S. (1924 [1923]/2006). Uma breve descrição da psicanálise. In: Freud, S. *Edição standard das obras psicológicas completa*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 19, p. 213-237).

- Freud, S. (1926 [1929]/2014). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In: Freud, S. *Obras Completas*. Inibição, Sintoma e Angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos. Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras. v. 17, p. 13-123.
- Gay, P., Rieff, P. & Wollheim, R. (1926). *Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan*. O valor da vida – entrevista rara de Freud concedida a George Sylvester Viereck. Disponível em: <http://cepdepa.com.br/wp-content/uploads/2020/04/21-O-valor-da-vida-uma-entrevista-rara-de-Freud.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- Jorge, M. A. C. (1995). A psicanálise entre ciência e religião. In: Ropa, D. & Passos, M. D. *Anuário brasileiro de psicanálise*. Relume-Dumará. v. 3, p. 42-46.
- Jorge, M. A. C. (2017). *Fundamentos de psicanálise, de Freud a Lacan, v. 3: a prática analítica*. Jorge Zahar Editor.
- Kyrillos Neto, F. & Moreira, J. (2010). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade*. EdUEMG.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1970/2003a). Alocução sobre o ensino. In: Lacan, J. *Outros escritos*. Jorge Zahar Editor. p. 302-311.
- Lacan, J. (1967/2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: Lacan, J. *Outros escritos*. Jorge Zahar Editor. p. 248-265.
- Lacan, J. (1970/2003c). Radiofonia. In: Lacan, J. *Outros escritos*. Jorge Zahar Editor. p. 400-447.
- Laurent, E. (2007). O relato de caso, crise e solução. In: Encontro americano e Encontro Internacional do Campo Freudiano. A variedade da prática: do tipo clínico ao caso único em Psicanálise.
- Machado, Z. (2008). Da angústia ao desejo do analista. *Revista Revesto*, ano 30, n. 53, p. 35-40, out. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v30n56/v30n56a04.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2022.
- Maurano, D. (2006). Um estranho no ninho ou a Psicanálise na universidade. In: Jorge, M. A. C. (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Contra capa. p. 209-227.
- Mezan, R. (1996). Psicanálise e psicoterapias. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 27 p. 95-108, ago. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/FFh4wC8ZbYKTgzxNLrNy9HP/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

- Miller, J. (1997). Discurso do método psicanalítico. In: Miller, J. *Lacan elucidado*. Jorge Zahar Editor. cap. 3, p. 221-230.
- Nogueira Filho, D. M. & Warchavchik, V. L. H. (2008). Formação do analista: um impasse necessário. *Jornal de Psicanálise*, v. 41, p. 141-150, jun. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352008000100009. Acesso em: 14 ago. 2022.
- Olivani, F. (2019). *A dimensão ética e científica da psicanálise*. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/28631/1/FELIPE%20CAMARGO%20OLIVANI%20-%20TCC.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- Oliveira, H. & Neves, T. I. (2013). Considerações sobre a formação do analista: ética, saber e transmissão. *Cadernos de Psicanálise*, v. 35, n. 28, p. 91-110, jan./jun. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v35n28/a06.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- Projeto de lei nº 3.944-A. 2000. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=110735#:~:text=%E2%80%9CRegulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psicanalista.%E2%80%9D&text=A%20presente%20iniciativa%20visa%20regulamentar,se%20divide%20em%20seis%20cap%C3%ADtulos. Acesso em: 16 jan. 2023.
- Prudente, R. C. A. C. & Ribeiro, M. A. C. (2005). Psicanálise e ciência. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 25, n. 1, p. 58-69, mar. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000100006. Acesso em: 12 out. 2022.
- Quinet, A. (2009). *As 4+1 condições da análise*. (12ª ed.). Jorge Zahar Editor.
- Rosa, M. D. (2001). Psicanálise na universidade: considerações sobre o ensino de psicanálise nos cursos de psicologia. *Psicologia USP*, v. 12, n. 2, p. 189-199. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/63384/66127>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a Psicanálise?* Jorge Zahar Editor.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Jorge Zahar Editor.
- Santoro, V. (2006). Clínica Psicanalítica e ética. *Reverso*, ano 28, n. 53, p. 61-66, set. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952006000100009. Acesso em: 3 nov. 2022.
- Santos Filho, F. C. (2007). Conhecendo o inconsciente: relato da experiência com o ensino da psicanálise na universidade, com alunos do terceiro ano de graduação em psicologia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 41, n. 2, p. 78-87. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v41n2/v41n2a09.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

Siqueira, A. & Queiroz, E. F. (2014). O singular do caso clínico: uma proposta metodológica em psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, p. 78-87, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300009. Acesso em: 27 ago. 2022.

Sternick, M. V. C. (2010). A imagem do corpo em Lacan. *Reverso*, v. 32, n. 59, p. 31-37, jun. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 out. 2022.

Strachey, J. (1911-1915[1914]/2006). Introdução do editor aos *Artigos sobre técnica*. In: Freud, S. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Imago. v. 12, p. 93-99.

Universidade Estadual Paulista [UNESP] (2015). *Tipos de Revisão de Literatura*.

Veiga-Neto, A. (2007). *Foucault e a Educação*. (2ª ed.). Autêntica.

